

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 06 de maio de 2019 às 08h32
Seleção de Notícias

Terra - Notícias | BR

Patentes

Patente indica que Samsung trabalha em concorrente para Apple Arcade	3
TECNOLOGIA	

Folha de S. Paulo | BR

05 de maio de 2019 | Pirataria

Indústria do cigarro ganha R\$ 7,5 bi com projeto anticontrabando de Moro	4
MERCADO	

Patente indica que Samsung trabalha em concorrente para Apple Arcade

TECNOLOGIA

TecMundo



não significa que um serviço será realmente disponibilizado, mas apenas uma ideia que pode ou não ganhar vida em algum momento. Sendo assim, devemos esperar até que a Samsung confirme de maneira oficial que está trabalhando no PlayGalaxy Link ou qualquer outro nome que esse serviço possa receber.

Se as informações estiverem corretas, em breve, os aparelhos da Samsung podem receber um serviço par...

Se uma informação descoberta recentemente pelo site LetsGoDigital estiver correta, há uma chance de a Samsung estar trabalhando em um serviço destinado aos fãs de jogos para rivalizar com o recém-anunciado Apple Arcade e outros similares.

De acordo com o documento registrado no Escritório de **Registro** de Patentes dos Estados Unidos, o serviço em questão deve receber o nome PlayGalaxy Link, garantindo que, caso realmente ganhe vida, o projeto esteja associado aos smartphones e tablets da companhia sul-coreana.

A descrição também informa que a plataforma deve entregar serviços de games online para os usuários, bem como a possibilidade de curtir títulos em realidade aumentada e até mesmo a organização de torneios para jogos associados ao PlayGalaxy Link.

Vale lembrar que o simples registro de uma **patente**

Indústria do cigarro ganha R\$ 7,5 bi com projeto anticontrabando de Moro

MERCADO



Estudo que prevê redução de impostos ignora custos de saúde com tabagismo, dizem especialistas

Natália Cancian e Danielle Brant

brasília

Controversa, a criação pelo Ministério da Justiça de um grupo de trabalho para avaliar uma redução de impostos sobre cigarros teve como referência estudo que projeta aumento de R\$ 7,5 bilhões no faturamento da indústria com a eliminação do preço mínimo definido para esses produtos.

O trabalho prevê ainda aumento de R\$ 2,5 bilhões na

arrecadação do governo, valor que viria de uma possível migração do consumo do cigarro ilegal para o legal.

A proposta, que busca apontar medidas para combater o contrabando, é vista com ressalvas por especialistas ouvidos pela Folha.

Chamado de "Uma alternativa de combate ao contrabando a partir da estimativa da curva de Laffer e da discussão sobre a política de preço mínimo" o texto, feito em 2017, tem como autores Pery Shikida, pesquisador da Unioeste (Universidade Estadual do Oeste do Paraná), Mario Margarido, assessor da Secretaria de Fazenda de São Paulo, e Matheus Nicola, mestrando em economia na Unioeste.

Shikida assumiu cargo no Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária do ministério neste ano.

O documento, encaminhado pela pasta à reportagem, foi elaborado a pedido do Idesf (Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras), que atua na área de fronteiras e tem parceria com empresas como a Souza Cruz.

O presidente do instituto, Luciano Barros, no entanto, afirma que o estudo partiu de demanda espontânea, sem financiamento da indústria. Os autores também negam relação com o setor.

Ainda assim, o texto traz vários dos argumentos usados pelas empresas para questionar o aumento na tributação. O principal deles é que a elevação de impostos, realizada entre 2011 e 2016, levou a uma migração do consumo do cigarro legal para o contrabandeado.

Outro fator que colaborou para essa transferência, di-

Continuação: Indústria do cigarro ganha R\$ 7,5 bi com projeto anticontrabando de Moro

zem, foi a política de preços mínimos implementada a partir de 2012 para esses produtos. Hoje, cada maço parte de R\$ 5.

Com base em simulações, o estudo sugere manter a alíquota de IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), mas eliminar a regra de preços mínimos, o que levaria a um barateamento do produto. O objetivo seria aumentar o poder da indústria de concorrer com o mercado ilegal.

"É mais fácil deixar a indústria resolver esse problema do que o Estado ter de aumentar ações contra o contrabando e tirar dinheiro de outros setores", afirma Nicola.

Em abril, o estudo foi apresentado pelos autores no **Conselho** Nacional de Combate à Pirataria, grupo sediado no Ministério da Justiça com membros da indústria e governo.

Pela reação no conselho, a ideia agrada aos dois lados.

"Paulo Guedes [ministro da Economia] que vai gostar: deixa o mercado competir", brincou Shikida ao fim de sua apresentação.

Especialistas citados como referência no estudo, no entanto, apontam falhas na pro posta. "E uma discussão incorreta", afirma o economista Roberto Iglesias, especialista em tributação de tabaco.

"O problema é eliminar o comércio ilícito. E, para isso, a melhor maneira é uma negociação com o Paraguai."

O país vizinho tem uma tributação bem mais baixa que a do Brasil - 18%, ante 71%, em média, no caso brasileiro.

Segundo Iglesias, mesmo que a redução de impostos barateasse o cigarro brasileiro, o valor seria insuficiente para competir com o paraguaio.

"A única maneira é conseguir que os paraguaios paguem impostos", afirma.

Além disso, lembra, não seria a primeira vez que o governo tenta combater o contrabando via redução tributária. Entre 1999 e 2007, a alíquota de IPI sobre o cigarro caiu de 42,5% do maço para uma faixa entre 20% e 25% desse valor.

"Há várias maneiras de combater o comércio ilícito, mas escolhem a menos prática, ruim para a saúde brasileira e que já foi feita e não funcionou." A medida, diz, diminuiu a arrecadação e foi incapaz de conter o contrabando.

O estudo dá pouca ênfase a medidas, como reforço do policiamento das fronteiras. Também desconsidera evidências em saúde, como os custos do tabagismo, cujo prejuízo é estimado em R\$ 56,9 bilhões ao ano, e o recente aumento no consumo entre os mais jovens.

"O prejuízo se torna maior se contabilizado o que o governo tem de investir para prevenir o primeiro contato com o cigarro", afirma Tânia Cavalcante, à frente da comissão brasileira da Convenção Quadro do Controle do Tabaco, tratado da OMS (Organização Mundial da Saúde) do qual o Brasil é signatário.

O único aceno à questão de saúde feito pelos autores são dados sobre a redução tributária no Canadá, realizada em 1994, o que levou a um aumento no consumo de cigarro no país. A política foi revertida e, hoje, o imposto cobrado é de 68% do preço de varejo.

Em março, o ministro da Justiça, Sérgio Moro, afirmou no Congresso que, se o alívio tributário levasse a um aumento do consumo de cigarro, a medida seria descartada.

Nicola admite o risco. "Se não for feita ação forte de prevenção, o aumento no consumo realmente pode ocorrer", afirma ele.

Continuação: Indústria do cigarro ganha R\$ 7,5 bi com projeto anticontrabando de Moro

Já Shikida diz que um aumento seria residual e que uma substituição do cigarro ilegal para o legal reduziria problemas em saúde. "Há dezenas de estudos que mostram a qualidade inferior do cigarro contrabandeado", diz.

Para André Szklo, pesquisador do Inca (Instituto Nacional de Câncer), a redução de preços não é a melhor medida para combater o contrabando. "Estudam reduzir o preço, quando deveriam aumentar. Quando há aumento de preço, há redução no consumo."

Entre 2011 e 2017, após o aumento da tributação, o índice de fumantes no país passou de 14,8% para 10%.

Em nota, o ministério disse que a criação do grupo de trabalho seguiu sugestão do **conselho** de combate à pirataria, com base em "estudos que sugerem exaustão no modelo brasileiro de combate à **pirataria** e mesmo de saúde pública". A pasta repassou o artigo dos autores em seguida.

Para Iglesias, não há que falar em exaustão. "Uma política é efetiva se reduzir o consumo, e isso ocorreu mesmo com o crescimento do comércio ilícito. É isso que importa."

Índice remissivo de assuntos

Patentes

3

Pirataria

4